

**PLANO DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DO PMSB – PMRG/RS - 2011**

<b>1. INSTITUIÇÃO PROPONENTE</b>					
Município do Rio Grande - RS					
<b>2. TÍTULO</b>					
Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana - manejo dos resíduos sólidos e drenagem - manejo das águas pluviais urbanas.					
<b>3. DADOS DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE</b>					
CNPJ: 88.566.872/0001-62			Razão Social: Prefeitura Municipal do Rio Grande		
Endereço: Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/nº			Bairro ou Distrito: Centro	Município: Rio Grande	UF: RS CEP: 96200-900
DDD (53)	Telefone 3233 8402	FAX 3233 6053	E-Mail <a href="mailto:fabiobranco@riogrande.rs.gov.br">fabiobranco@riogrande.rs.gov.br</a>		
<b>4. REPRESENTANTE LEGAL DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE</b>					
CPF: 498.442.100-20			Nome do Representante Legal: Fábio de Oliveira Branco		
Endereço: Av. Presidente Vargas, 601 - Casa 007			Bairro ou Distrito: Parque	Município: Rio Grande	UF: RS CEP: 96202-100
DDD (53)	Telefone: 3233 8401	FAX: 3233 6053	E-Mail: <a href="mailto:fabiobranco@riogrande.rs.gov.br">fabiobranco@riogrande.rs.gov.br</a>		CI: 1035883097
Data da Emissão: 28/07/1994		Órgão Expedidor: SSP	Matrícula: 10693-3	Cargo: Prefeito	
<b>5. DADOS CADASTRAIS REFERENTES À CONTA CORRENTE ESPECÍFICA DO CONTRATO (a serem preenchidos pela CAIXA na etapa de contratação)</b>					
N.º da Conta Corrente		Cód. do Banco	N.º da agência	Praça de Pagamento	
<b>6. DADOS DE OUTROS PARTÍCIPES</b>					
CNPJ			Razão Social		
Endereço			Bairro ou Distrito		Município
UF	CEP	DDD	Telefone	FAX	E-Mail

7. REPRESENTANTE LEGAL DE OUTROS PARTÍCIPES							
CPF				Nome do Representante Legal			
Endereço				Bairro ou Distrito		Município	
UF	CEP	DDD	Telefone	FAX	E-Mail	Identidade	
Data da Emissão _/_/___			Órgão Expedidor		Matrícula	Cargo	

8. DESCRIÇÃO DO PROJETO
<p><b>1 Modalidades</b> (assinalar a modalidade a ser executada):</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB).</p>
<p><b>2 Identificação do Objeto</b> (descrever todas as ações a serem desenvolvidas, sem quantificá-las, e indicar a área de intervenção: ruas, bairros, distritos, município e região metropolitana)</p> <p>Elaboração do Plano de Saneamento Básico do Município do Rio Grande, de acordo com a Lei 11.445/2007 abrangendo as 04 modalidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Esgotamento sanitário;</li> <li>⇒ Manejo das águas pluviais urbanas e drenagem;</li> <li>⇒ Abastecimento de água;</li> <li>⇒ Limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos (o conteúdo contemplará o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, de acordo com a Lei 12.305/2010 e Decreto nº 7.404/10).</li> </ul>
<p><b>3 Prazo de Execução:</b> 480 (quatrocentos e oitenta) dias ou 16 (dezesesseis) meses necessários para a elaboração do plano, contados a partir da Ordem de Serviço emitida para a consultoria contratada.</p>
<p><b>4 Valores</b></p> <p>Valor solicitado (MINISTÉRIO DAS CIDADES) R\$ 1.452.249,42</p> <p>Valor da contrapartida R\$ 0,00</p> <p>Valor de investimento <b>R\$ 1.452.249,42</b></p>
<p><b>5 Justificativa da Proposição</b></p> <p>A universalização do acesso ao saneamento básico com quantidade, igualdade, continuidade e controle social é um desafio que o poder público municipal, como titular destes serviços, deve encarar como um dos mais significativos para promover a inclusão social de todos os munícipes. Nesse sentido, o Plano Municipal de Saneamento Básico se constitui em importante ferramenta de planejamento e gestão para alcançar a melhoria das condições sanitárias e ambientais do município e, consequentemente, da qualidade de vida da população.</p> <p>Soma-se ao exposto a exigência do Plano como condição de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico, assegurando, com isso, a adequada cobertura e qualidade dos serviços prestados, bem como a determinação do Decreto nº. 7.217/2010,</p>

artigo 26, parágrafo 4º.

### 6 Concepção

O Plano Municipal de Saneamento Básico tem como objetivo principal promover o acesso universal aos serviços de saneamento básico à saúde e à qualidade de vida e do meio ambiente. Para isso, torna-se necessário organizar a gestão e estabelecer as condições para a prestação dos serviços de saneamento básico com integralidade, regularidade e qualidade. O **Plano** deve abranger a área urbana e rural do município e contemplar os quatro serviços que compõem o saneamento básico, quais sejam: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana - manejo dos resíduos sólidos e drenagem - manejo das águas pluviais urbanas.

O **Plano Municipal de Saneamento Básico** deve abranger, minimamente, o seguinte conteúdo:

- diagnóstico das condições da prestação dos serviços, com indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos, dentre outros;
- estabelecimento de objetivos e metas para a universalização dos serviços;
- definição de programas, projetos e ações para se atingir as metas estabelecidas;
- estabelecimento de ações para emergências e contingências;
- previsão de índices mínimos para o desempenho dos prestadores e para a eficiência e eficácia dos serviços; e
- definição de mecanismos de avaliação, dentre outras diretrizes.

Como atribuição indelegável do titular dos serviços de saneamento, o **Plano** deve ser elaborado com participação social, por meio de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico. O Titular dos serviços exerce essa competência conforme atribuição constitucional (art. 30, CF) de legislar sobre assuntos de interesse local; de prestar, direta ou indiretamente, os serviços públicos de interesse local; e de promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso do solo urbano. Além das diretrizes da Lei 11.445/2007, o Plano de Saneamento Básico deve observar o Plano Diretor Participativo do Município.

## 9. DEFINIÇÃO EM LINHAS GERAIS

### PRODUTOS PREVISTOS

Produto 1 – Definição do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico: constituição do Comitê de Coordenação e do Comitê Executivo, elaboração do Plano de Mobilização Social, que será implementado durante todo o processo de elaboração do plano.

Produto 2 – Diagnóstico da situação da prestação dos serviços de saneamento básico e seus impactos nas condições de vida e no ambiente natural, caracterização institucional da prestação dos serviços e capacidade econômico-financeira e de endividamento do Município. Compreende os Subprodutos 2.1 e 2.2.

Produto 3 – Prognósticos e alternativas para universalização dos serviços de saneamento básico. Objetivos e Metas.

Produto 4 – Concepção dos programas, projetos e ações a serem implementados para o alcance dos objetivos e metas. Definição das ações para emergências e contingências.

Produto 5 – Mecanismos e procedimentos de controle social e instrumentos para o monitoramento e avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas.

Produto 6 – Relatório Final do Plano Municipal de Saneamento Básico (inclui o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos).

### **RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS**

Versão Final do Plano de Saneamento Básico do Município do Rio Grande aprovado pelo Chefe do Poder Executivo.

10. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO							
Meta - Produto	Conteúdo / Especificações	Indicador Físico		Valores			Duração
		Un.	Quant.	Vrep	CTP	VI	Meses
Produto 1: Definição do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico	Instituir Comitê de Coordenação	un.	1	123.422,38	0,00	123.422,38	1
	Instituir Comitê Executivo						
	Elaboração do Plano de Mobilização Social						
Meta - Produto	Conteúdo / Especificações	Indicador Físico		Valores			Duração
		Un.	Quant.	Vrep	CTP	VI	Meses
Produto 2: Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico. Compreende os Subprodutos 2.1 e 2.2.	<b>Coleta de Dados que compreenderá, dentre outras atividades:</b> identificação das unidades/regiões administrativas do município e distritos, levantamento e análise da legislação sobre saneamento, saúde, meio ambiente; análise da organização, estrutura e capacidade institucional (secretarias, departamentos, existência de engenheiros, advogados e outros); dados quantitativos e qualitativos sobre: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais, tecnologias utilizadas e a compatibilidade com a realidade local; dados sócio-econômicos e capacidade de pagamento dos usuários (renda mensal da população, bolsa família); estudos e projetos de saneamento básico existentes; salubridade ambiental - Indicadores sanitários, epidemiológicos e ambientais; dados e informações de outras políticas correlatas.	un.	1	601.425,65	0,00	601.425,65	7
	<b>Caracterização geral do município que compreenderá, dentre outras atividades:</b> caracterização da demografia urbana e rural por renda, gênero, faixa etária, densidade, acesso ao saneamento e projeções de crescimento; caracterização geral: geomorfologia, climatologia, hidrografia, hidrogeologia e topografia do território; caracterização das áreas de interesse social: localização, perímetros e áreas, carências relacionadas ao saneamento básico, precariedade habitacional, situação sócio-econômica, renda e indicadores de acesso à educação; infraestrutura (energia elétrica, pavimentação, transporte, saúde e habitação); indicação das áreas sujeitas à inundação ou deslizamento e demais áreas de proteção ambiental; consolidação cartográfica das informações socioeconômicas, físico-territorial e ambientais disponíveis sobre o município e a região; vocações econômicas do município: contexto atual e projeções em termos das atividades produtivas por setor.						

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

	<p><b>Situação institucional que compreenderá, dentre outras atividades:</b> identificação e análise do modelo e organização jurídico-institucional, com descrição de todos os órgãos, instrumentos, sistemas, capacidade institucional para a gestão (planejamento, prestação dos serviços, regulação, fiscalização e controle social) dos serviços nos quatro (4) componentes; identificação de programas locais existentes de interesse do saneamento básico nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação, mobilidade urbana, gestão de recursos hídricos e meio ambiente; identificação e descrição da organização social, comunidades tradicionais, formas de expressão social e cultural, tradições, usos e costumes, percepção em relação à saúde, ao saneamento e ao ambiente; identificação das redes, órgãos e estruturas de educação e avaliação da capacidade de apoiar projetos e ações de educação ambiental combinados com os programas de saneamento básico; existência e análise de programas de educação ambiental e de assistência social em saneamento; análise de normas de fiscalização e regulação quando existentes.</p> <p><b>Situação econômico-financeira dos serviços e do município que compreenderá, dentre outras atividades:</b> capacidade econômico-financeira do Município frente às necessidades de investimento e sustentabilidade econômica dos serviços de saneamento básico, envolvendo a política e o sistema de cobrança, dotações do Orçamento-Geral do município, fontes de subvenção, financiamentos e outras; capacidade de endividamento e disponibilidade de linhas de financiamento; necessidade de destinação de recursos orçamentários, do prestador e/ou do município, para viabilizar a adequada prestação e manutenção dos serviços; necessidade de investimentos para viabilizar a universalização do acesso aos serviços.</p> <p><b>Situação dos serviços de esgotamento sanitário que compreenderá, dentre outras atividades:</b> caracterização da cobertura por coleta e tratamento, e por outras soluções; identificação do déficit de instalações hidrosanitárias; identificação das populações não atendidas ou sujeitas a deficiências no atendimento pelo sistema público, contemplando o tratamento; caracterização da prestação dos serviços por meio de indicadores técnicos, operacionais e financeiros, relativos a: receitas, custos, despesas, tarifas, número de ligações, inadimplência de usuários, eficiência comercial e operacional, uso de energia elétrica e outros (referência: SNIS); visão geral dos sistemas (infraestruturas, tecnologia e operação) quanto à: capacidade instalada frente à demanda e ao estado das estruturas, envolvendo as ligações de esgoto, as redes coletoras, os interceptores, as estações elevatórias, as estações de tratamento, os emissários e a disposição final; avaliação da situação atual e futura da geração de esgoto versus capacidade de atendimento pelos sistemas disponíveis, sistema público e soluções individuais e/ou coletivas, contemplando o tratamento; análise dos processos e resultados do sistema de monitoramento da quantidade e qualidade dos efluentes, quando existente; avaliação das condições dos corpos receptores, quando existentes os dados necessários; indicação de áreas de risco de contaminação, e de áreas já contaminadas por esgotos no município quando mapeadas e avaliadas; identificação, quantificação e avaliação qualitativa de soluções alternativas de esgotamento sanitário (fossas sépticas, lançamento direto</p>						
--	---	--	--	--	--	--	--

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

	<p>em corpos d'água), individuais ou coletivas, utilizadas pela população e outros usuários nas áreas urbanas e rurais (industrial, comercial, serviços, agropecuária, atividades públicas, outros); análise crítica do plano diretor de esgotamento sanitário, caso exista quanto à implantação, atualidade e pertinências frente as demandas futuras.</p> <p><b>Situação dos serviços de manejo de águas pluviais e drenagem urbana que compreenderá, dentre outras atividades:</b> identificação da infraestrutura atual e análise crítica dos sistemas de drenagem e manejo das águas pluviais e das técnicas e tecnologias adotadas quanto à sua atualidade e pertinência em face dos novos pressupostos quanto ao manejo das águas pluviais; identificação de lacunas no atendimento pelo Poder Público, incluindo demandas de ações estruturais e estruturantes para o manejo das águas pluviais, com análise do sistema de drenagem existente quanto à sua cobertura, capacidade de transporte, manutenção e estado das estruturas; identificação das deficiências no sistema natural de drenagem, a partir de estudos hidrológicos; verificação da separação entre os sistemas de drenagem e de esgotamento sanitário; estudo das características morfológicas e determinação de índices físicos (hidrografia, pluviometria, topografia e outros) para as bacias e micro-bacias em especial das áreas urbanas; caracterização e indicação cartográfica das áreas de risco de enchentes, inundações, escorregamentos, em especial para as áreas urbanas e, quando possível, destacando: hidrografia, pluviometria, topografia, características do solo, uso atual das terras, índices de impermeabilização e cobertura vegetal; elaboração de cartas com zoneamento de riscos de enchentes para diferentes períodos de retorno de chuvas; análise de indicadores epidemiológicos de agravos à saúde cuja incidência pode ser determinada por deficiência nos sistemas de manejo de águas pluviais; análise dos processos erosivos e sedimentológicos e sua influência na degradação das bacias e riscos de enchentes, inundações e escorregamentos de terra; análise crítica do plano diretor de drenagem urbana e/ou recursos hídricos, <b>caso exista</b>, quanto à implantação, atualidade e demandas futuras.</p> <p><b>Situação dos serviços de abastecimento de água potável que compreenderá, dentre outras atividades:</b> caracterização da cobertura por solução e qualidade dos serviços; identificação das populações não atendidas e sujeitas à falta de água; regularidade e frequência do fornecimento de água, com identificação de áreas críticas; consumo per capita de água; índice de perdas, qualidade da água tratada e distribuída à população; identificação dos domicílios sem canalização interna; caracterização da prestação dos serviços por meio de indicadores técnicos, operacionais e financeiros, relativos a: consumo, receitas, custos, despesas, tarifas, número de ligações, inadimplência de usuários, eficiência comercial e operacional, uso de energia elétrica e outros (referência: SNIS); visão geral dos sistemas (infraestrutura, tecnologia e operação): captação, adução, tratamento, reservação, estações elevatórias, rede de distribuição e ligações prediais. Avaliação da capacidade de atendimento frente à demanda e ao estado das estruturas; disponibilidade de água dos mananciais e da oferta à população pelos sistemas existentes versus consumo, demanda atual e futura; levantamento e avaliação das condições dos atuais e potenciais mananciais - aspectos de proteção da bacia (tipos de uso do solo, fontes de poluição, estado da cobertura vegetal, qualidade da água, ocupações por assentamentos humanos, outros); avaliação dos sistemas de</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

	<p>controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e de informação aos consumidores e usuários dos serviços; identificação, quantificação e avaliação de soluções alternativas de abastecimento de água, individuais ou coletivas, utilizadas pela população, nas áreas urbanas e rurais, e outros usos nas áreas urbanas (industrial, comercial, pública, outros) análise crítica do plano diretor de abastecimento de água, caso exista, quanto à sua implantação, atualidade e pertinência frente às demandas futuras.</p> <p><b>Situação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, de resíduos da construção civil e de resíduos dos serviços de saúde que compreenderá, dentre outras atividades:</b> análise da situação da gestão do serviço com base em indicadores técnicos, operacionais e financeiros (a partir de indicadores do SNIS e/ou de outros sistemas e bancos de dados); descrição e análise da situação dos sistemas (infraestruturas, tecnologia e operação) de acondicionamento, coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos do município; identificação da cobertura da coleta porta a porta, bem como das áreas de varrição, identificando a população atendida; identificação de lacunas no atendimento à população pelo sistema público para as condições atuais e futuras, quanto à população atendida (urbana e rural), tipo, regularidade, qualidade e frequência dos serviços; análise dos serviços públicos de limpeza urbana e serviços especiais (feiras, mercados, espaços públicos em geral, praias, praças, museus outros); avaliação das soluções adotadas para o manejo dos resíduos originários de construção e demolição (acondicionamento, coleta, reciclagem, transporte, tratamento e destinação final); avaliação das soluções adotadas para o manejo dos resíduos serviços de saúde (acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final); informações da caracterização dos resíduos sólidos produzidos no município em termos de quantidade e qualidade; projeções de produção de resíduos para curto e médio prazo; identificação das formas da coleta seletiva existentes (Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Associações e Agentes Ambientais), quantificando-as e qualificando-as, inclusive quanto aos custos e viabilidade social e financeira; inventário/análise da atuação dos catadores, nas ruas ou nos lixões, identificando seu potencial de organização; identificação e informação sobre áreas de risco de poluição/contaminação, e de áreas já contaminadas, por resíduos sólidos e as alterações ambientais causadas por depósitos de lixo urbano; análise da situação sócio-ambiental dos sítios utilizados para a disposição final de resíduos sólidos - identificar a possibilidade de incorporar os catadores a projetos de reciclagem via cooperativas; identificação das condições da gestão dos resíduos de serviços de saúde; definir ou avaliar critérios para a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, a ser elaborado pelos geradores dos resíduos e identificação da abrangência da coleta e destinação final destes resíduos, conforme a Resolução CONAMA 283/2001; <b>diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotadas; identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas;</b> propor o plano diretor de resíduos sólidos contemplando sua implantação, atualidade e pertinência, frente às demandas futuras, de forma a atender as exigências da Lei nº 12.305/10 regulamentada pelo Decreto nº 7.404/10.</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

	<p><b>Situação do desenvolvimento urbano que compreenderá, dentre outras atividades:</b> parâmetros de uso e ocupação do solo; definição do perímetro urbano da sede e dos distritos do Município; definição das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS; identificação da ocupação irregular em Áreas de Preservação Permanente – APP's; definições de zoneamento como: áreas de aplicação dos instrumentos de parcelamento e edificação compulsórios e áreas para investimento em habitação de interesse social e por meio do mercado imobiliário; identificação da situação fundiária e eixos de desenvolvimento da cidade, bem como de projetos de parcelamento e/ou urbanização.</p> <p><b>Situação da habitação que compreenderá, dentre outras atividades:</b> análise do diagnóstico e necessidades apontadas pelo Plano de Habitação de Interesse Social, se houver, principalmente quanto à necessidade de serviços de saneamento básico. Caracterização da demanda por habitação e investimentos necessários considerando as características sociais locais, o déficit habitacional quantitativo e qualitativo, inclusive ZEIS, a identificação e quantificação de assentamentos precários (favelas e afins) e de moradias em áreas de risco; e análises das projeções do déficit habitacional, identificando os impactos para as demandas de saneamento básico.</p> <p><b>Situação ambiental e de recursos hídricos que compreenderá, dentre outras atividades:</b> caracterização geral das bacias hidrográficas onde o município está inserido, delimitações territoriais, aspectos relativos aos meios físico e natural, subsolo, clima, topografia, tipos e usos do solo, corpos d'água e regime hidrológico, cobertura vegetal, situação de preservação e proteção dos mananciais superficiais e águas subterrâneas, áreas de recarga e de afloramento de aquíferos; caracterização geral dos ecossistemas naturais, preferencialmente por bacia hidrográfica, destacando, caso existam, indicadores da qualidade ambiental e as áreas de preservação permanente; situação e perspectivas dos usos e da oferta de água em bacias hidrográficas com potencial para suprimento humano - demandas presentes e futuras, lançamento de resíduos líquidos e sólidos - quanti e qualitativo; identificação de condições de degradação por lançamento de resíduos líquidos e sólidos e verificação de situações de escassez hídrica presente e futura; identificação das condições de gestão dos recursos hídricos na(s) bacia(s) do município nos aspectos de interesse do Saneamento Básico quanto: domínio das águas superficiais e subterrâneas (União ou Estados) atuação de comitês e agências de bacia, enquadramento dos corpos d'água implementação da outorga e cobrança pelo uso, instrumentos de proteção de mananciais. Disponibilidade de recursos financeiros para investimentos em saneamento básico; identificação de relações de dependência entre a sociedade local e os recursos ambientais, incluindo o uso da água.</p> <p><b>Situação da saúde que compreenderá, dentre outras atividades:</b> morbidade de doenças relacionadas com a falta de saneamento básico, especificamente, as doenças infecciosas e parasitárias (Capítulo I, do CID-10), conforme lista apresentada no Quadro 2, do Documento de Diretrizes, e estado nutricional de crianças menores de quatro anos; análise do Programa Saúde na Família.</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Meta - Produto	Conteúdo / Especificações	Indicador Físico		Valores			Duração
		Un.	Quant.	Vrep	CTP	VI	Meses
Produto 3: Prognósticos e alternativas para universalização dos serviços de saneamento básico / Objetivos e Metas	<b>Compreenderá, dentre outras atividades:</b> alternativas de gestão dos serviços; análise de ao menos duas alternativas de prestação de serviços, a existente e uma outra; necessidades de serviços públicos de saneamento básico - curto, médio e longo prazos; cenários alternativos das demandas por serviços de saneamento básico; definição de diretrizes e estratégias; compatibilização das carências de saneamento básico com as ações do plano; hierarquização das áreas de intervenção prioritária; definição de objetivos e metas; mecanismos que possibilitem o atendimento aos padrões de potabilidade da água para consumo humano e condições adequadas para outros usos; projeção de investimentos, indicando a fonte, para alcançar as metas e viabilizar a universalização do acesso aos serviços; proposta de arranjo alternativo ou readequação do modelo e organização jurídico-institucional existente, com descrição de todos os órgãos, instrumentos, sistemas, capacidade institucional para a gestão (planejamento, prestação dos serviços, regulação, fiscalização e controle social) dos serviços nos quatro componentes; procedimentos e mecanismos para a compatibilização com as Políticas e os Planos Nacional e Estadual de recursos hídricos; análise da viabilidade social, econômica e ambiental da prestação dos serviços considerando os cenários, os objetivos, metas, programas, projetos e ações; <b>identificação de áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, observado o plano diretor de que trata o § 1º do art. 182 da Constituição Federal e o zoneamento ambiental, se houver; identificação das possibilidades de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios, considerando, nos critérios de economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais; identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos a plano de gerenciamento específico nos termos do art. 20 ou a sistema de logística reversa na forma do art. 33, observadas as disposições desta Lei e de seu regulamento, bem como as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS; sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços, observada a Lei nº 11.445, de 2007; metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada; respectivas medidas saneadoras para os passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, identificadas na etapa anterior.</b>	un.	1	234.388,73	0,00	234.388,73	4
Meta - Produto	Conteúdo / Especificações	Indicador Físico		Valores			Duração
		Un.	Quant.	Vrep	CTP	VI	Meses
Produto 4: Concepção dos	<b>Compreenderá, dentre outras atividades:</b> programação de ações imediatas; programação das ações do plano; definição dos programas, projetos e ações com estimativas de custos, baseadas nos resultados da	un.	1	198.747,87	0,00	198.747,87	4



CIDADE  
HISTÓRICA  
RIO GRANDE  
PATRIMÔNIO DO  
RIO GRANDE DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

### SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE



programas, projetos e ações / Definição das ações para emergência e contingência	Etapa 4; estabelecer objetivos e metas de longo (8 a 20 anos), médio (4 a 8 anos) e curto (1 a 4 anos) prazos; formulação de mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficácia, eficiência e efetividade; mecanismos de promoção do direito à cidade; mecanismos de promoção da saúde e a qualidade de vida; mecanismos de promoção da sustentabilidade ambiental; mecanismos de melhoria do gerenciamento e da prestação dos serviços; estabelecimento de planos de racionamento e atendimento a aumentos de demanda temporária; estabelecimento de regras para situação crítica na prestação de serviços, inclusive com adoção de mecanismos tarifários de contingência; estabelecimento de regras e diretrizes para atuação em situações de contingência e desastres; estabelecer diretrizes para a articulação com os Planos Locais de Risco e para a formulação dos Planos de Segurança da Água; <b>procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotados nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, incluída a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos e observada a Lei nº 11.445, de 2007; regras para o transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS e demais disposições pertinentes da legislação federal e estadual; definição das responsabilidades quanto à sua implementação e operacionalização, incluídas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a que se refere o art. 20 a cargo do poder público; programas e ações de capacitação técnica voltados para sua implementação e operacionalização; programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos; programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver; mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos; descrição das formas e dos limites da participação do poder público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitado o disposto no art. 33, e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito local, da implementação e operacionalização dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20 e dos sistemas de logística reversa previstos no art. 33; ações preventivas e corretivas a serem praticadas, incluindo programa de monitoramento.</b>						
Meta - Produto	Conteúdo / Especificações	Indicador Físico		Valores			Duração
		Un.	Quant	Vrep	CTP	VI	Meses
Produto 5: Mecanismos e Procedimentos para o monitoramento	<b>Compreenderá, dentre outras atividades:</b> procedimentos para o monitoramento e a avaliação dos objetivos e metas; indicadores técnicos, operacionais e financeiros da prestação dos serviços; indicadores de impactos na qualidade de vida, na saúde, e nos recursos naturais; salubridade ambiental: indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos; definição de indicadores do acesso, da qualidade e da relação com outras políticas de desenvolvimento urbano; definição dos indicadores de	un.	1	148.359,65	0,00	148.359,65	3



CIDADE  
HISTÓRICA  
RIO GRANDE  
PATRIMÔNIO DO  
RIO GRANDE DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

### SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE



e avaliação	prestação dos serviços de saneamento a serem seguidos pelos prestadores de serviços; determinação dos valores dos indicadores e definição dos padrões e níveis de qualidade e eficiência a serem seguidos pelos prestadores de serviços; definição dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos necessários à execução, avaliação, fiscalização e monitoramento do Plano; mecanismos para a divulgação e acesso do plano no município, assegurando o pleno conhecimento da população; adoção diretrizes para o processo de revisão do plano a cada 4 anos; <b>indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos; periodicidade de sua revisão, observado prioritariamente o período de vigência do plano plurianual municipal.</b>						
Meta - Produto	Conteúdo / Especificações	Indicador Físico		Valores			Duração
		Un.	Quant	Vrep	CTP	VI	Meses
Produto 6: Relatório final do plano  <							

**11. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (EM R\$)**

	1º Parc. 8,50%	2º Parc. 20,72%	3º Parc. 20,69%	4º Parc. 16,14%	5º Parc. 13,69%	6º Parc. 10,22%	7º Parc. 10,05%	Total 100%
Produto 1	R\$ 3.694,59							R\$ 3.694,59
Subproduto 2.1		R\$ 181.207,61						R\$ 181.207,61
Subproduto 2.2			R\$ 180.762,45					R\$ 180.762,45
Produto 3				R\$ 114.660,94				R\$ 114.660,94
Produto 4					R\$ 79.020,08			R\$ 79.020,08
Produto 5						R\$ 28.631,86		R\$ 28.631,86
Produto 6							R\$ 26.177,34	R\$ 26.177,34
Remun. Equ Chave	R\$ 106.742,95	R\$ 106.742,95	R\$ 106.742,95	R\$ 106.742,95	R\$ 106.742,95	R\$ 106.742,95	R\$ 106.742,95	R\$ 747.200,63
Diárias e Passagens	R\$ 3.437,94	R\$ 3.437,94	R\$ 3.437,94	R\$ 3.437,94	R\$ 3.437,94	R\$ 3.437,94	R\$ 3.437,94	R\$ 24.065,60
Veículos	R\$ 4.760,23	R\$ 4.760,23	R\$ 4.760,23	R\$ 4.760,23	R\$ 4.760,23	R\$ 4.760,23	R\$ 4.760,23	R\$ 33.321,60
Serviços de Mídias	R\$ 2.274,33	R\$ 2.274,33	R\$ 2.274,33	R\$ 2.274,33	R\$ 2.274,33	R\$ 2.274,33	R\$ 2.274,33	R\$ 15.920,32
Serviços Gráficos	R\$ 2.512,34	R\$ 2.512,34	R\$ 2.512,34	R\$ 2.512,34	R\$ 2.512,34	R\$ 2.512,34	R\$ 2.512,34	R\$ 17.586,40
<b>Total</b>	<b>R\$ 123.422,38</b>	<b>R\$ 300.935,40</b>	<b>R\$ 300.490,24</b>	<b>R\$ 234.388,73</b>	<b>R\$ 198.747,87</b>	<b>R\$ 148.359,65</b>	<b>R\$ 145.905,13</b>	<b>R\$ 1.452.249,42</b>

**12. DECLARAÇÃO**

Na qualidade de representante legal do proponente, por este Termo de Compromisso, ao apresentar proposta de intervenção consubstanciada neste Plano de Trabalho, objetivando proporcionar melhores condições de vida às famílias alvo do PROGRAMA nº 1136 FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA, declaro:

1. Para fins de prova junto ao Ministério das Cidades, para os efeitos e sob as penas da lei que:

a) inexistir qualquer débito em mora, ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento da União, na forma deste Plano de Trabalho;

b) o Município do Rio Grande ainda não possui Plano Municipal de Saneamento Básico que compreenda os 04 componentes (abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais urbanas e drenagem), bem como não existe nenhum outro contrato de repasse ou convênio para o mesmo objeto;

c) comprometo-me a colocar em operação imediata os equipamentos e as instalações resultantes do projeto ora apoiado, bem como me responsabilizo pela sua operação regular e contínua.

Rio Grande, 12 de agosto de 2011.

Local e Data

Fabio de Oliveira Branco  
Prefeito Municipal

**13. ASSINATURA DO RESPONSÁVEL**

Nome do Órgão: Prefeitura Municipal do Rio Grande

Nome do Responsável: Fábio de Oliveira Branco

Cargo: Prefeito

Rio Grande, 12 de agosto de 2011.

Local e Data

Fabio de Oliveira Branco  
Prefeito Municipal